

Confinamento, desigualdade e trabalho: o cuidado como atributo feminino

Moema de Castro Guedes¹

Marina de Carvalho Cordeiro²

A situação de confinamento a que fomos expostos diante da pandemia da COVID-19 trouxe inúmeras alterações no cotidiano dos indivíduos e famílias. O isolamento social imposto e seu contraponto, a convivência entre os familiares - em certa medida “forçada” -, as pressões emocionais às quais todos estão submetidos e as dinâmicas do trabalho remoto, impactaram consideravelmente as relações entre trabalho remunerado e não-remunerado, trazendo à tona inúmeros conflitos, e especialmente, àqueles relativos às dinâmicas de gênero.

Este é um cenário propício de reflexão acerca da família enquanto instituição, expondo desigualdades menos evidentes que as correlatas à própria estrutura de classe da sociedade brasileira. Olhar para as mulheres e para as dinâmicas de divisão sexual do trabalho é fundamental para pensar as recentes mudanças nas relações de gênero e as desigualdades persistentes, considerando tanto os meses de confinamento que ainda estão por vir, quanto os principais desafios colocados em um cenário distante, de volta à “normalidade”. Neste texto, enfocaremos as camadas médias, apontando algumas consequências sobre as famílias deste segmento. O texto é composto de quatro sessões, sendo a primeira acerca da divisão sexual do trabalho no interior das famílias no contexto da pandemia; uma segunda que discute novas dinâmicas do trabalho produtivo via *home office*; uma terceira que explora as ainda incipientes evidências de maior penalização às carreiras femininas no cenário de confinamento; e as considerações finais.

1. Divisão sexual do trabalho em tempos de pandemia

A realidade cotidiana impõe aos membros da família, ainda que de forma diferenciada, duas naturezas de obrigações: uma primeira visando o provimento dos

¹ Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

² Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

gastos, supridos através do trabalho produtivo, conectado às dinâmicas de mercado, e um segundo, de cuidado das pessoas e atividades domésticas, marcadas por sua invisibilização e desvalorização pelo fato de não gerar valor monetário. Este segundo tipo, por vezes naturalizado como “amor”, também se configura como trabalho e portanto, numa perspectiva epistemológica feminista, é nomeado como *trabalho não-remunerado*.

A natureza interdependente de ambos, particularmente importante para compreender as dinâmicas da mão-de-obra feminina, nos obriga a pensar jornadas totais de trabalho – tanto produtivo ou remunerado, quanto reprodutivo ou não-remunerado. Nos domicílios de camadas médias, privilegiadas por conseguirem obedecer os padrões de isolamento impostos pelas medidas sanitárias, vemos uma mudança de natureza e volume neste trabalho reprodutivo. O novo contexto visibiliza estas tarefas, seja porque há um aumento no número de horas gasto com elas, seja porque são desempenhadas no mesmo ambiente que o trabalho “remoto”, colocando em cheque a abstração de separação completa entre as dimensões produtiva e reprodutiva da vida social.

Numa sociedade capitalista, em que o mundo do trabalho fora pensado historicamente considerando um trabalhador masculino, disponível em tempo integral para investir em seu trabalho e carreira, a divisão público e privado, os espaços ditos de trabalho e de não-trabalho, forjam uma ficção que não corresponde à realidade das trabalhadoras mulheres. Os estudos de usos do tempo, nesse sentido, desempenharam um papel importante ao visibilizarem a interrelação entre os dois tipos de trabalho.

Do ponto de vista laboral debate-se muito as condições de manutenção dos gastos básicos das famílias através dos contratos de trabalho de quem está inserido efetivamente no mercado. Tendo-se em vista que grande parte da população se encontra na informalidade ou em condições bastante precarizadas (41% dos empregados são informais³ segundo dados da PNAD 2019) - quadro agravado pela reforma trabalhista - a adoção de medidas como renda mínima universal se fazem urgentes. Ressaltamos que a operacionalização desta política pública tem exposto inúmeros problemas, dificultando o acesso à renda mínima e colocando os mais pobres em condições ainda mais desiguais. Essa seria a única saída no sentido de assegurar condições básicas de manutenção dos gastos correntes das famílias. Seguindo a argumentação de Therborn (2010) acerca dos

³ Trabalho informal é aquele que ocorre quando o empregado não tem registro na carteira de trabalho e, conseqüentemente, também não recebe os benefícios determinados pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), como licenças, férias, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS e outros.

distintos tipos de desigualdade, a *existencial*, *material* e *vital*, pode-se apontar que a última - que incide sobre as condições de saúde e morte - desponta com força no contexto pandêmico. Se saúde e longevidade são distribuídas segundo padrões sociais, é fato que as condições materiais tem impacto fundamental e refletem maiores possibilidades de preservação de vida ou de morte diante da Covid-19 - seja pela exposição ao espaço e transporte públicos e maior risco de contaminação, seja pelo acesso à rede de saúde de qualidade, etc.

Vale destacar, no entanto, que os debates no mundo público pouco mencionam as desigualdades vitais e tem se centrado mais na dimensão da economia monetária – ressaltando a insígnia de que “precisamos voltar a trabalhar”. A premissa escamoteia os riscos a que estaria exposta a parcela mais pobre da população brasileira - retirando o Estado de seu papel de salva-guarda do bem estar populacional ao seguir uma orientação de cunho liberal. No que se refere às questões de gênero especificamente, este discurso reitera a falácia da divisão público e privado, tomando a dimensão do trabalho de reprodução social, não remunerado, em esfera doméstica privada, como equivalente à não-trabalho.

Esta divisão de espaço e tempo de trabalho e não-trabalho, ancorada na separação entre público e privado e na perspectiva simbólica de atribuição ao espaço da casa o sinônimo de “descanso”, é uma das principais contribuições dos estudos de gênero à sociologia do trabalho e a própria configuração do conceito de *trabalho*. Neste sentido, a crítica feminista ao mesmo e sua concepção centrada na dimensão do assalariamento impõe uma desconstrução epistemológica necessária, na medida em que se busca reintegrar o muitas vezes chamado “trabalho invisível das mulheres”, à dinâmica da vida econômica social como um todo. Inúmeras autoras feministas apontam que não é possível pensá-la desconsiderando as questões de gênero e/ou as “relações sociais de sexo” (HIRATA & KERGOAT, 1994; 2008; KERGOAT, 2009; DAUNE-RICHARD & DEVREUX, 1992), sendo fundamental a análise na perspectiva da “organização social total do trabalho” - seguindo a tradição inglesa do “Total Social Organization of Labour” (TSOL) (GLUCKSMANN, 1995; 2000).

A perspectiva feminista materialista implode a definição própria de *trabalho* compreendendo-o como “produção do viver em sociedade”, atividade política que transforma a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, gera transformações naqueles que o desenvolvem (KERGOAT, 2016:18). Nestes termos, a divisão entre tempo e espaço de trabalho e de não-trabalho, assim como a dicotomia correspondente,

dão lugar à uma perspectiva analítica que considera as condições de trabalho e vida dos trabalhadores compreendidos para além da figura masculina, urbana e industrial, uma vez que a “classe operária tem dois sexos”⁴. Para uma apreensão das práticas sociais do mundo do trabalho - compreendido para além do assalariamento - é preciso considerar, numa perspectiva *interseccional* ou *consustancial* (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2016), a dinâmica interrelação entre seus aspectos reprodutivo e produtivo, bem como as relações sociais de sexo, classe e raça.

No cotidiano pandêmico do confinamento, nas camadas médias, inúmeras tensões relativas à divisão sexual do trabalho tem sido expostas com mais força, devido ao aumento da carga de trabalho não-remunerado, considerando a presença contínua de todos os integrantes da família no espaço doméstico. Efetivamente, uma série de tarefas cotidianas tem seu padrão aumentado pelo simples fato de que os membros da família se encontram no domicílio quase todo tempo. De natureza contínua e diária, por fazerem mais refeições em casa e não terem que se deslocar ao “ambiente de trabalho”, os membros da família vivenciam uma ampliação das tarefas de comprar alimentos, cozinhar, lavar a louça, limpeza e descarte do lixo. Na maior parte dos arranjos, estas tarefas já eram desempenhadas, mas em menor frequência e, nas camadas médias, muitas vezes não costumavam ser operacionalizadas pelos próprios membros da família. Uma outra natureza de atividade, mais esporádica e pesada é a faxina e limpeza de cômodos como cozinha e banheiros. Frequentemente realizadas por trabalhadoras contratadas especificamente para estas atividades, no cenário de confinamento elas se transformam em objeto de disputa dos casais. Os novos padrões de higiene e atenção com a limpeza por outro lado, aumentam a pressão sobre quem historicamente responde pelo cuidado do ambiente doméstico: as mulheres. Chegar da rua e colocar todas as roupas para lavar; limpar todas as embalagens dos produtos comprados, incluindo as sacolas plásticas, deixar todos os alimentos naturais de molho por pelo menos 20 minutos em água sanitária; a contínua limpeza de maçanetas das portas; troca de roupa de cama, toalhas, etc.

Considerando o caso de famílias de classe média escolarizadas e que atentam aos protocolos, um dos maiores elementos de apaziguamento dos conflitos entre os casais burgueses (KERGOAT, 2016) está indisponível: as empregadas domésticas - propositalmente escritas no feminino, tendo em vista que são em sua maioria, mulheres pobres e no caso brasileiro, negras. A estrutura marcadamente desigual de nossa

⁴ Reconhecemos o debate sobre o não binarismo sexual, mas aqui para fins de análise seguimos a distinção de sexo binária .

sociedade se reflete no papel fundamental desempenhado pelas empregadas, que permitem a externalização do trabalho doméstico e maior flexibilidade das mulheres conforme as demandas de envolvimento no trabalho remunerado. Ainda que a gestão e supervisão das atividades a serem desempenhadas pela profissional esteja a cargo das patroas, esta delegação libera uma carga expressiva em termos de horas de trabalho⁵.

Se neste nível micro do interior dos casais - e restrito às camadas burguesas - há uma redução dos conflitos, em nível macro este tipo de arranjo permite evitar a reflexão sobre o trabalho doméstico, exercendo “uma função regressiva a esse respeito pois funciona no âmbito da dissimulação e da negação”, gerando uma “pacificação que não faz avançar um milímetro a luta pela igualdade entre mulheres e homens” (KERGOAT, 2016:24). A necessidade de dividir o espaço doméstico 24 horas por dia com os outros membros da família, sem o suporte das trabalhadoras domésticas, da escola ou outros cuidados terceirizados, tem trazido diversos tensionamentos entre os casais. Esta situação expõe questões sensíveis desta sociedade capitalista e patriarcal: a incompatibilidade entre as jornadas de trabalho remunerado e não-remunerado, a necessária contratação de serviços de cuidado para disponibilização de tempo para investimento na carreira ou profissão, e a sobrecarga de trabalho no caso das mulheres.

À margem de uma série de direitos assegurados às demais categorias e com patamares baixos de salários, as empregadas domésticas desempenham um trabalho pesado de faxina raramente realizado pelos patrões - até o cenário de confinamento. Esse padrão é assegurado por uma socialização perversa na qual o trabalho doméstico é sempre realizado pelo outro, geralmente uma trabalhadora negra. Segundo dados do IPEA (2019) em 2018, 6,2 milhões de pessoas tinham como ocupação o serviço doméstico remunerado, que assume variadas formas, como as atividades desempenhadas por diaristas, babás, jardineiros e cuidadores. Neste contingente, 5,7 milhões ou 92% eram mulheres, das quais 3,9 milhões eram negras, o que representa cerca de duas em cada três empregadas domésticas.

Em que pese os diferentes tipo de arranjos (desde mensalistas a diaristas, ou de atuação quizenal), nos domicílios de duplo provimento de camadas médias e altas, as tarefas delegadas a elas são naturalizadas como terceirizadas e as empregadas são consideradas “indispensáveis”. Isso se reflete no recente debate acerca da natureza desta ocupação e sua classificação como *essencial*, razão pela qual não deveria ser suspensa no

⁵ Diversas economistas, como Hildete Melo et al (2007), sustentam a importância política de incluirmos o trabalho doméstico no cálculo do PIB a fim de visibilizar sua contribuição para a economia.

cenário de pandemia. Essa perspectiva, bem como a negativa dos padrões de manutenção da renda das funcionárias que não estão indo trabalhar, ou mesmo a exigência de que fiquem semanas dormindo no trabalho sem retornarem às suas residências, explicitam as prerrogativas excludentes e desumanas de parte da nossa elite.

O cenário do cotidiano pandêmico externaliza com mais força a dinâmica de interdependência entre as esferas do mundo do trabalho - produtivo e reprodutivo - e escancara “como somos seres interdependentes e sobreviventes pelo cuidado”⁶. Seja através discussão sobre se a atividade das empregadas domésticas deve ser considerada “essencial” nos decretos governamentais, seja pela “invasão da família no trabalho” - nas reuniões remotas, por exemplo - o trabalho reprodutivo não remunerado está na pauta do dia.

No caso das famílias com filhos, a presença das crianças em casa e o necessário desgaste de energia infantil, tem levado as crianças e pais a situação de estresse considerável. No contexto de famílias com crianças em idade escolar até 12 anos temos uma perda significativa da escola enquanto instituição socializadora, que de algum modo compartilha com as famílias o trabalho de reprodução social. Destaque para a “*homeschooling online*”: uma pseudo educação à distância, como resposta das unidades escolares diante do investimento financeiro dos pais na educação. A imposição de modelos de “aulas remotas” de forma acelerada, a ausência de treinamento e preparo didático-pedagógico para delinear este tipo de modalidade escolar de modo minimamente satisfatório e com respeito às diferentes faixas etárias, faz com que muitas vezes as aulas online passem a ser motivos de tensão. As mesmas se mostram restritas e extenuantes diante de um limitado espaço de confinamento e das pressões emocionais decorrentes da própria pandemia, das possibilidades de conexão e disponibilidade de equipamentos adequados, e da falta de disciplina infantil para execução de atividades escolares de forma autônoma - independente dos pais e/ou responsáveis, como ocorreria no espaço da escola. Ainda que as crianças de camadas médias sejam privilegiadas por poderem manter algum contato através de atividades online (mínimo não assegurado às crianças de famílias pobres sem acesso à internet), a realidade de grande parte das escolas de ensino privado impõem uma intensificação das atividades offline. A nova dinâmica supõe um tutor/supervisor destas atividades nas quais as próprias famílias são responsabilizadas pela transmissão de conteúdos fundamentais para a formação dos estudantes, menos

⁶ <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/o-mundo-pos-covid-19-2---comportamento-por-debora-diniz/#um-mundo-mais-feminista>

autônomos conforme diminui a idade. A extensa jornada diária de exercícios representa demandas que se traduzem em algumas horas a mais de trabalho de reprodução social majoritariamente desempenhado pelas mães, naturalizadas como melhores explicadoras. Os tensionamentos que envolvem a tarefa são evidentes haja em vista o despreparo da maioria para desempenhar o papel e o próprio debate que ronda a suspensão do calendário escolar para o ano de 2020⁷.

Os elementos trazidos refletem um cenário amplo no qual o trabalho de reprodução social não apenas se intensifica com o confinamento, mas também ganha novos contornos. A própria tensão que envolve a disseminação da doença e o cuidado com membros familiares mais vulneráveis como idosos, pessoas com necessidades especiais ou doenças crônicas, apontam para uma configuração que mudou pouco no Brasil recente: o trabalho de cuidado segue concentrado em mãos femininas. A referência ao trabalho de *cuidado* compreende o mesmo não como amor ou atenção, mas como um conjunto de atividades materiais e de relações que tem como objetivo responder concretamente às necessidades dos outros. Kergoat (2016) segue a definição do Colóquio Internacional “Teorias e Práticas do Cuidado” (Paris, 2013), que compreende o cuidado como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e bem-estar de outrem” (KERGOAT, 2016:17) - é esta a abordagem utilizada como referência neste texto.

Vale ressaltar que este trabalho de cuidado supõe uma tensão diferenciada diante da pandemia que envolve, para além dos já mencionados protocolos de segurança e incremento dos afazeres domésticos, a gestão emocional dos afetos. Os cenários familiares tem sido permeados por pressões emocionais da doença, conflitos de convivência ou por negacionismo de parte dos membros, pelo adoecimento ou mesmo por uma sensação de maior responsabilidade em relação à saúde da família - nos modelos familiares em que, independente da relação com o provimento, é atribuída a um dos membros este papel, tendencialmente, a uma mulher.

Numa sociedade capitalista, um dos slogans que se colocam é a “economia não pode parar”, ao ponto de haverem falsos dilemas entre “economia e a vida”. Nesta sociedade cujos valores estão ancorados na vocação ao trabalho - como já apontara Max Weber (2009) - inúmeras tem sido as estratégias elaboradas e praticadas para que a população continue trabalhando, através das ferramentas e tecnologias de informação e

⁷ Matéria disponibilizada pela Folha de São Paulo de 22/04/2020 disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04>

comunicação (ICTs) - fenômeno característicos de algumas profissões de camadas médias e altas. Este fenômeno do trabalho remoto exacerba diversas características debatidas a partir da introdução das ICTs nos processos de trabalho e do advento da internet: aceleração da comunicação, incremento de demandas e indistinção entre tempo e espaço de trabalho remunerado e não-remunerado. Considerando os contextos familiares acima descritos, o trabalho remoto também impõe outras pressões do labor aos indivíduos. É sobre este tema que nos debruçaremos no próximo tópico.

2. Novas formas de trabalho e desigualdades de gênero

As dinâmicas de produção econômica foram profundamente alteradas no cenário da pandemia, - com destaque para as práticas de *Home office* ou *trabalho remoto*, predominantes nos trabalhadores de camadas médias. As reuniões online, as alterações nos padrões laborais, a necessidade de reinventar e reaprender os processos de trabalho, as novas burocracias e a demanda comunicacional (em boa parte, mensagens pelo whatsapp e ligações) tem trazido inúmeros desafios de organização temporal e divisão do tempo do trabalho remunerado e não-remunerado. O fato de não haver um deslocamento casa-trabalho parece naturalizar a plena disposição dos trabalhadores a responder demandas vindas das empresas/instituições, seguindo a ficção de que “ao estar em casa, há mais tempo disponível para o trabalho” - tomando como referência apenas o trabalho produtivo.

Atualmente, as instituições estão propondo inúmeras formas de responder à necessidade de se comprovar que “ainda que em casa, se está trabalhando”, seja preenchendo relatórios ou outras formas de controle do chamado trabalho remoto. No entanto, a falácia de que estar em casa é sinônimo de não-trabalho, cai por terra. Estamos todos sujeitos à inúmeros protocolos de segurança, procedimentos rígidos de limpeza, que promovem uma multiplicação do trabalho de cuidado doméstico e, conseqüentemente, o tempo a ele dedicado, conforme apontado anteriormente. É interessante notar, contudo, os limites de uma aparente normalidade na qual os trabalhadores são submetidos às mesmas pressões de produtividade e metas no cenário em que uma série de preocupações de ordem concreta se impõem.

A intensa conectividade acompanha não apenas as demandas do trabalho, mas também os dados mais recentes sobre a própria pandemia, áreas mais afetadas, taxas de

mortalidade e perspectivas para o fim do confinamento – que parece distante diante da desobediência de parte da população às medidas de distanciamento social. Destaque ainda para a intensa comunicação virtual: as inúmeras chamadas, relativas ao trabalho remunerado ou ao cuidado - conversas pessoais, com familiares -, reuniões remotas e a necessidade de multiplicação dos contatos individuais, tendo em vista a impossibilidade dos realizados face a face. Essa interação gera inclusive uma capacidade acelerada de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo (reuniões online simultâneas), ou passar mais rapidamente de uma reunião a outra, já que não há um deslocamento físico entre os locais. Dinâmicas que geram ainda uma sensação contraditória e paradoxal de *overcomunicação* em tempos de isolamento social.

A necessidade de aparato tecnológico disponível é um elemento de tensão, já que poucas famílias dispõem de computadores para todos os membros da família no chamado horário comercial, quando se concentram as atividades educacionais dos filhos e o *home office* dos pais. O rodízio de computadores impõe horas distintas para utilização pelos membros da família, em uma rotina de horários por vezes confusas e em horas pouco usuais, até o momento da pandemia.

Se nos primórdios do capitalismo industrial o esforço de reorganização do sistema produtivo estava centrado na separação e fronteiras claras entre tempo e espaço de trabalho, delimitando o tempo de trabalho a ser pago e monetarizado (THOMPSON, 2008), o *capitalismo flexível* caminha na direção oposta (HASSAN & PURSER, 2007; HASSAN, 2003; CARDOSO, 2010). O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (ICTs), sua introdução nos processos de trabalho remunerado e a possibilidade de se exercer funções laborais a qualquer hora e de qualquer lugar, trouxe à tona o debate sobre a explosão dos limites e fronteiras do tempo e espaço do trabalho e da família, e alterou sua relação com outros tempos sociais. A flexibilidade pautada pela multifuncionalidade, policronia e o aceleração de ritmo, tendo em vista os interesses do capital, acabou por configurar uma capacidade flexível do trabalhador de adaptar seu tempo e vida às demandas laborais. A flexibilidade portanto, acaba por se confundir ao processo de precarização - ainda que tenha havido uma série de debates na sociologia do trabalho sobre a aplicabilidade do termo no contexto brasileiro - não permitindo um formato que esteja alinhado às necessidades de vida do trabalhador, para além de suas funções na economia remunerada.

Se as fronteiras entre o tempo dedicado ao trabalho e aos outros tempos sociais vinha sendo obscurecida com o advento do capitalismo flexível e introdução das ICTs

nos processos de trabalho, o cenário da pandemia tende a exacerbar seus efeitos. No confinamento, tempo e espaço de trabalho remunerado e não-remunerado se tornam absolutamente indistintos, e ambos são marcados por intensificação em seus padrões e ritmos. Observamos o aumento de demandas no mundo do trabalho - compreendido como “produção do viver em sociedade” - com expressiva intensificação do trabalho não remunerado.

Neste contexto pandêmico, o processo de racionalização da organização temporal da vida - que já era uma marca do capitalismo flexível - torna-se radicalizado. A busca por uma “gestão da vida” (HOCHSCHILD, 1997) pautada na racionalização e otimização do tempo, que já marcava o cotidiano de famílias de camadas médias e altas, quando dispunham do suporte de cuidados mercantilizado, torna-se ainda mais fundamental em sua indisponibilidade atual.

Nesta dinâmica, as questões de como organizar o tempo de trabalho e negociar suas condições, como controlá-lo e como conciliar tempo de trabalho remunerado e não remunerado, tornam-se centrais tanto para homens quanto para mulheres - ainda que tenham maior impacto entre elas, especialmente as com maiores demandas de trabalho de cuidado. O cenário revela, portanto, questões que recaem desigualmente sobre as trabalhadoras femininas diante da conflituosa divisão sexual do trabalho, usualmente escamoteada pelos suportes de cuidado pago. As negociações entre os membros da família e especialmente entre os casais, envolvem uma série de disputas diante da redução de tempo disponível, e geram uma sensação de descontrole em relação aos padrões de vida até então experimentados.

Nessa dinâmica, um elemento interessante se refere ao fato da narrativa doméstica surgir com força nas negociações de agenda com os pares, seja nos horários de reunião possíveis - que envolvem tempo para preparar almoço para os filhos e lavar a louça, por exemplo - , nos momentos em que os filhos interrompem ou que se ouve um choro infantil durante as reuniões *online*, nos dias dedicados ao cuidado dos pais ou avós, etc. Nesse momento, a dinâmica de “não deixar os problemas da casa interferirem nas dinâmicas de trabalho”, parece bem improvável. Nesse sentido, são interessantes as estratégias de divisões espaciais que tentam ser construídas na casa. O escritório passa a ser destacadamente um espaço dos adultos, mais frequentemente invadido quando quem está em reunião é a mãe ou as mulheres responsáveis pelo cuidado de dependentes. Ainda sob este ponto de vista, é interessante notar que as narrativas sobre a vida profissional tem se misturado às familiares, e nunca antes foi tão exposta a dificuldade de se conciliar vida

familiar e trabalho remunerado. Talvez por agora afetarem também os trabalhadores homens, a interdependência entre público e privado parece evidente.

Bessin (2016) chama atenção para o processo da trajetória de vida como expectativas e circulação do cuidado. Para o autor a temporalidade seria sexuada, sendo o tempo dominante masculino (*cronos*), marcado pelo relógio universal e material, racional e linear, enquanto o feminino (*Kairós*) torna legível a atividade do cuidado, que desenvolve capacidade de se envolver profissionalmente e desenvolver uma vigilância permanente em torno de si, garantindo a própria presença em outras esferas de atividade, particularmente a familiar e doméstica. Este atributo tão marcadamente feminino parece estar se espalhando para toda a unidade doméstica, em um contexto onde público e privado se misturam de modo mais concreto. Numa outra leitura, esta dinâmica marca a chamada multifuncionalidade, fazendo com que a sensação de aceleração temporal e pressão pela “gestão da vida” (HOCHSCHILD, 1997) seja particularmente intensa entre mulheres engajadas em carreiras profissionais.

A introdução dos princípios organizacionais produtivos racionais na vida reprodutiva, como se verifica entre aqueles que tentam tornar-se “eficientes-*experts*” na “gestão” da casa, tal qual no trabalho (HOCHSCHILD, 1997; SCHOR, 1992), tende a gerar complicações. As atividades relacionadas ao cuidado possuem temporalidade própria e não podem ser subdivididas em frações de tempo e agregadas ordenadamente, pois não são atividades compatíveis com a racionalização do tempo métrico. Alimentar uma criança, por exemplo, é uma atividade que nem sempre pode ser enquadrada num tempo determinado, a criança pode estar mais ou menos disposta, comer mais ou menos rápido, aproveitar o momento da refeição para trazer à tona questões emocionais; cuidar de uma pessoa doente é outro exemplo, na medida em que atende a uma temporalidade do corpo, da saúde, que não corresponde à métrica das horas marcadas (DAVIES, 1994).

No contexto da pandemia, as dinâmicas de cuidados são complexificadas pela tensão emocional proveniente do momento. Há uma sensação de medo difuso que se apresenta na árdua tarefa de acompanhar os números e estatísticas, agravada pelos exemplos concretos de cada vez mais pessoas conhecidas contaminadas, nem sempre com bons prognósticos de superação da situação de adoecimento. Destaca-se também a preocupação em como se dará o processo de fim do confinamento e os novos padrões de interação social e percepção de risco em relação à possibilidade de novas ondas de infecção. Há ainda as questões provenientes da super socialização e convivência familiar obrigatória, agravados pelas alterações emocionais de seus membros e intensificação dos

conflitos relacionados à divisão sexual do trabalho. Portanto, é possível afirmar que instaura-se a necessidade de uma dinâmica que podemos chamar de "gestão dos afetos", trazendo uma demanda a mais na "gestão temporal da vida" - e que dificilmente pode ser encaixada numa delimitação rígida de horas.

Neste contexto, são as mulheres que sofrem as maiores pressões em relação ao trabalho remunerado e não-remunerado, com maior tendência ao impacto negativo na carreira feminina do que masculina - que é o tema do próximo tópico.

3. Desigualdade de distribuição temporal, pandemia e impactos nas carreiras femininas

As recentes mudanças no plano das relações de gênero fizeram com que a maior parte das mulheres desempenhem tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo, em jornadas totais superiores às masculinas. No entanto, há um descompasso histórico entre a desconstrução do homem como único provedor e a mulher como única cuidadora. No caso dos homens, as recentes pesquisas de estudos de uso do tempo do IBGE mostram um quadro estagnado: dez horas semanais em média e poucas alterações ao longo dos anos. Destaque ainda para o fato de que o aumento de anos de escolaridade não acompanha uma perspectiva mais igualitária em termos da divisão sexual do trabalho, complexificando o cenário de correlações entre práticas e percepções de gênero. A variável escolaridade tem impacto significativo na redução de horas dedicadas ao trabalho não-remunerado entre mulheres, mas o mesmo não ocorre entre os homens (GUEDES, 2016). Parte dessa liberação de tempo disponível, no entanto, se deve à contratação de outras mulheres para exercer a função de trabalhadoras domésticas - fazendo com que muitos casais burgueses tenham seus conflitos apaziguados, sem que com isso, tenham maior amadurecimento sobre sua própria divisão sexual do trabalho.

A nova rotina escancara o trabalho contínuo e invisível ao qual as mulheres trabalhadoras estão submetidas sem muitas evidências de mudança: Silvia Federicci (2017) a nomeia como a mais antiga forma de "escravidão consensuada". Por outro lado, abre-se uma oportunidade para a renegociação do gigantesco trabalho invisível desempenhado pelas mulheres em moldes mais igualitários. No entanto, isto tem levado muitos casais a reverem seus acordos, reavaliarem suas divisões de tarefas e debaterem questões historicamente latentes, por vezes exacerbando conflitos.

Nas famílias com duplo provimento, outra característica que tem sido registrada é o impacto negativo do confinamento na trajetória profissional e carreiras femininas. Considerando o tempo como um recurso de valor desigualmente distribuído, com conflitos potenciais para sua alocação e uso, é fundamental apontar que a disponibilidade temporal para investimento na carreira tem se reduzido, particularmente para as mulheres. Um dos casos em que já surgem evidências neste sentido, é entre os pesquisadores e acadêmicos. Diversas revistas acadêmicas vem sinalizando uma forte mudança no padrão de submissão de artigos no período de confinamento. A ampla maioria dos autores que submetem manuscritos é de pesquisadores homens, o que configura um padrão completamente distinto do observado nos anos anteriores.

A Revista Dados, de Ciências Sociais editada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio da análise das submissões de trabalhos enviados a sua avaliação, constatou que a pandemia de coronavírus pode estar reduzindo a submissão de artigos acadêmicos assinados por mulheres⁸. O estudo mostra que o peso relativo de mulheres que assinaram artigos como autoras ou coautoras, independente da ordem de autoria era em média 40,8% entre 2016 e o primeiro trimestre de 2020. Em 2020 este patamar se manteve nos primeiros três meses, mas no segundo trimestre foi constatada uma queda: apenas 28% dos artigos submetidos eram de autoria feminina. No caso do conjunto de artigos em que mulheres assinam como primeira ou única autora, a desigualdade era superior: passou dos 37% para ínfimos 13% no trimestre atual⁹. Vale lembrar que a publicação de artigos é atividade fundamental nos sistemas de avaliação do desempenho de pesquisadores e influencia diretamente nas chances de se conseguir financiamento de projetos e visibilidade entre pares.

Diante de evidências como esta, o grupo acadêmico *Parent in Science*, que agrega pesquisadores de diversas universidades brasileiras, aplicou um questionário online a fim de investigar os efeitos do trabalho reprodutivo na produção de homens e mulheres na quarentena. Os resultados envolvem 6 mil respostas de pós-graduandos – a maioria –,

⁸ O padrão diferenciado é discutido em matéria publicado pelo Globo e disponível em: https://oglobo.globo.com/celina/submissao-de-artigos-academicos-assinados-por-mulheres-cai-durante-pandemia-de-coronavirus-24428725?fbclid=IwAR3P88qemM8ILE5gqk1o6j_nfxB5qQJ1m0x9WGizYOK1DuX0jJbfrialmVE

⁹ <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/?fbclid=IwAR0f-s6JOd4NNDIQV8iCBbm4AioZZthhNgV6mATZluDXoq1WUTbyHmDMpN0>

docentes e pós-doutorandos. Dentre os pesquisadores de pós-graduação o trabalho remoto afetou apenas 1/3 da população que está conseguindo trabalhar de maneira remota. No entanto, entre as mulheres, apenas 10% estão conseguindo realizar suas pesquisas. No segmento de pós-doutorandos o quadro se agrava: apenas 5% das mães conseguem manter sua produtividade durante a quarentena. Entre os docentes, 20% dos homens sem filhos disseram não terem conseguido finalizar artigos para submissão durante a pandemia; já entre mulheres com filhos, foram 51,38%. É interessante notar, contudo, que o estresse ao qual todos estão submetidos traz novos patamares de possibilidade efetiva de produção continuada ou ininterrupta. Diante dos resultados apresentados, o grupo enviou uma carta à revista *Science* destacando sua preocupação com as mães cientistas¹⁰. No texto elas explicitam o quanto a desigualdade de gênero na ciência é central e o peso da maternidade em sua continuidade e reprodução. O grupo é parte de uma série de iniciativas que buscam visibilizar a questão e propor mudanças que solucionem esse problema.

No mercado de trabalho em geral as mulheres foram mais afetadas por já se encontrarem em empregos mais precários antes da pandemia - tais elementos incidem, em especial no contexto da reforma trabalhista, no fato de que estas trabalhadoras tendem a ser mais facilmente dispensáveis/demitidas, além do enorme contingente já em condições de informalidade. Relatório recente da OCDE (2020) mostrou que em março, 2,1 milhões de pessoas engrossaram as estatísticas do desemprego nos países-membros da organização, uma alta que foi maior entre as populações feminina e jovem. A taxa de desemprego das mulheres passou de 5,3% para 5,8%, enquanto a dos homens cresceu de 5% para 5,3%. Tais dados reforçam não só a importância da variável gênero no que se refere a tais desigualdades e na observação da e sua evolução estatística no período de pandemia, mas também questões de raça - atentando para uma abordagem interseccional.

Tais elementos demonstram como a questão de gênero é fundamental para a compreensão das desigualdades no mercado do trabalho, e como a situação da pandemia e os impactos nos cotidianos dos indivíduos e famílias, expõem de forma mais contundente tais dinâmicas. Neste contexto, não só há menor quantidade de tempo disponível para investimento no campo do trabalho remunerado, como sua qualidade é distinta, pela dificuldade em manter longo tempo de concentração devido às constantes

¹⁰ A carta, *Impact of COVID-19 on academic mothers*, está disponível em: https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1?fbclid=IwAR3XUEGF3PoVKp_9G7yt1Bd527q5ViiOZHCIUpZ5q0IVO0TaQwvA-xe5T3M

interrupções. Além disso, vale considerar a disponibilidade emocional para engajamento na carreira e capacidade de “deixar os problemas familiares de lado”. Configura-se um quadro de trabalho intermitente, pois sempre “está acontecendo alguma coisa com as crianças”¹¹, tornando as jornadas - agora pensadas de forma total, com indistinção entre tempo e espaço de trabalho e não trabalho - absolutamente exaustivas. Por um lado, estamos diante de um possível acirramento das desigualdades de participação no mercado de trabalho - e também, na distribuição dos altos postos das carreiras. Por outro lado, a possibilidade de ampliação da discussão sobre divisão sexual do trabalho e uma distribuição mais equânime entre homens e mulheres do tempo dedicado ao trabalho não remunerado e de cuidados - o que não parece estar no horizonte.

Inúmeros são os registros das desigualdades no trabalho remunerado já no período pré-pandemia, fenômeno percebido nos mais diversos setores - incluindo camadas médias e altas, no chamado “teto de vidro” que impacta as carreiras femininas. Neste contexto, a importância de acompanhar as dinâmicas do mundo do trabalho e como as políticas impactarão nas dinâmicas de reprodução das desigualdades de gênero, raça e classe no período pós-pandemia.

4. Considerações Finais

O presente texto pretendeu delinear, ainda que de modo não exaustivo, algumas dimensões que nos pareceram relevantes para pensar o sistema de gênero e a reprodução das desigualdades em um contexto de pandemia. Na nossa perspectiva o cenário acirra dimensões historicamente existentes e descortina algumas novas tensões.

O trabalho doméstico e de cuidado se intensificam e ganham nova significação por perderem seu caráter de invisibilidade. As esferas pública e privada da vida social agora se amalgamam na rotina do confinamento e as instituições que tradicionalmente repartem com a família o trabalho de reprodução social perdem seu papel, o que acaba por concentrar ainda mais o cuidado em mãos femininas. Novas dinâmicas de trabalho remoto, por outro lado, investem nas demandas de produtividade na tentativa de manutenção de uma normalidade inexistente e reforçando um padrão de desigualdades que já configurava o mundo do trabalho antes da pandemia. Empiricamente, vemos os

¹¹<https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3647-em-meio-aos-cuidados-com-filhos-pequenos-pais-idosos-tarefas-domesticas-e-exigencias-academicas-produtivistas-docentes-revelam-a-falacia-do-discurso-de-que-a-usp-nao-pode-parar>.

primeiros reflexos deste cenário na menor capacidade de investimento das mulheres em suas carreiras profissionais e no chamado mundo produtivo de forma geral. Esta é uma pista a ser investigada de modo mais profundo.

Um olhar otimista poderia pensar o cenário atual como propício à renegociação das tradicionais identidades de gênero, com maior participação masculina na reprodução social e no cuidado e o Estado assumindo seu papel de proteção social. Não nos parece ser essa a regra quando observamos o modo como o debate vem sendo gestado na arena pública, com ênfase em antigas soluções que se assentam em rígidas assimetrias de poder não apenas de gênero mas também de classe e raça, como bem nos mostra o caso das empregadas domésticas. As evidências até aqui mapeadas sugerem, pelo contrário, um recrudescimento das desigualdades, marcadamente já elevadas em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do trabalho. In Abreu, A P; Hirata, H.; Lombardi, M R(orgs) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp 235-246.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de Trabalho, Tempos de Não Trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo, Anablume, 2010.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie & DEVREUX, Anne-Marie. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. In *Recherches féministes*, v.5, n.2, 1992, pp.7-30.

DAVIES, Karen. The tensions between Process Time and Clock Time in care-work. The example of day nurseries. In *Time & Society*, no 3, 1994.

FEDERICCI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Ed Elefante, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho Doméstico. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise; LA DOARÉ, Hélène & SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. SP: Editora UNESP, 2009.

GLUCKSMANN, Miriam A. Why 'work'? Gender and the 'Total Social Organization of Labour'. In *Gender, work and organization*. Volume 2, Número 2, 1995, pp.63-75.

_____. *Cottons and Casuals. The gendered organisation of labour in time and space*. Sociologypress, British Sociological Association, 2000. 183 p.

GUEDES, Moema de Castro. Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, n.47, 2016. pp 519-540.

HASSAN & PURSER (Editores). *24/7: Time and Temporality in the Network Society*. US: Califórnia, Stanford Business Books, 2007.

HASSAN, Robert. Network Time and the New Knowledge Epoch. In: *Time & Society*. VOL. 12 No. 2/3. UK. pp. 225–241, 2003.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABATO, Alberto di. Os afazeres domésticos contam. In *Economia e Sociedade*, vol 16, n.3, 2007. pp 435-454

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. In: *Revista Estudos Feministas*, número 1, 1994, ano 2. Pp. 93-100.

_____. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 1, 2008, pp.39-50.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014, pp.63-71.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Time Bind: when work becomes home and home becomes work*. US: New York, 1997.

IPEA – Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise*, n. 67, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise; LA DOARÉ, Hélène & SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. SP: Editora UNESP, 2009.

_____. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU; HIRATA & LOMBARDI. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. SP: Boitempo, 2016, pp.17-26.

SCHOR, Juliet B. *The Overworked American. The unexpected decline of leisure*. US: Basic Books, 1992.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Coronavirus: the world economy at risk. Economic Outlook, Interim Report, March 2020*.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. São Paulo, Revista Novos Estudos, n. 87, julho, 2010, pp. 145-156.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: Thompson, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 267-304.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. (Primeira publicação em 1904). SP: Companhia das Letras, 2009.

Sites consultados:

- <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04>
- <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/o-mundo-pos-covid-19-2---comportamento-por-debora-diniz/#um-mundo-mais-feminista>
- https://oglobo.globo.com/celina/submissao-de-artigos-academicos-assinados-por-mulheres-cai-durante-pandemia-de-coronavirus-24428725?fbclid=IwAR3P88qemM8ILE5gqk1o6j_nfxB5qQJ1m0x9WGizYOK1DuX0jJbfrialmVE
- https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1?fbclid=IwAR3XUEGF3PoVKp_9G7yt1Bd527q5ViiOZHCIUpZ5q0IVO0TaQwvA-xe5T3M
- <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/?fbclid=IwAR0fs6JOd4NNDIQV8iCBbm4AioZZthhNgV6mATZluDXoq1WUTbyHmDMpN0>
- http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/14/por-que-as-mulheres-academicas-estao-produzindo-menos-durante-a-quarentena/?fbclid=IwAR2coFTnAFE8BMLrV8Emen8_pih8vxYSCamexrbmdxkSlq1pgxNy0e943JE
- <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1>
- <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3647-em-meio-aos-cuidados-com-filhos-pequenos-pais-idosos-tarefas-domesticas-e-exigencias-academicas-productivistas-docentes-revelam-a-falacia-do-discurso-de-que-a-usp-nao-pode-parar>